UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIENCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO PROCESSUAL

PERFIL DE PESQUISADOR E ORIENTADOR

PERFIL DE PESQUISADOR E ORIENTADOR

DOCENTE: Augusto Passamani Bufulin

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Doutor em direito civil (PUC/SP)

Mestre em direito civil (PUC/SP)

Pesquisador visitante no Institut suisse de droit comparé (Suiça)

LATTES e títulos e publicações:

Verificar no Currículo Lattes (http://lattes.cnpq.br/)

ÁREAS DE PESQUISA E INTERESSE:

- Direito Civil;

- Direito Processual Civil;

- Tutela dos direitos subjetivos privados.

POSSIBILIDADES TEMÁTICAS DE ORIENTAÇÃO:

 Autotutela e heterotutela da personalidade

 Tutelas dos direitos da personalidade

 Proteção judicial da pessoa e de seus direitos da personalidade

 Interdição após as modificações na sistemática das incapacidades civis

 Curatela especial da pessoa com deficiência

 Proteção à pessoa com deficiência

 Disregard doctrine

 Incidente de desconsideração (direta e inversa) da personalidade da pessoa jurídica

 Medidas cautelares de proteção da pessoa

 Tutela do nascituro: sua proteção processual

 Ação de ausência

 Curatela de interditos e tomada de decisão apoiada

 Tutela indenizatória

 Tutela cessatória e inibitória

 Tutela restauratória

 Tutela da imagem e do nome

 Dano em ricochete

 Arbitramento judicial do quantum indenizatório do dano moral

 Tutela post mortem da personalidade

 Proteção processual da vida

 Aplicação do favor debitoris na revisão judicial dos contratos cíveis e mercantis

 Revisão judicial do contrato

 Tutela processual da boa-fé objetiva

 Ações edilícias

 Revisão judicial do crédito contratual

 Tutela judicial do crédito contratual

 Negócio jurídico processual

 Fato jurídico processual

 Dever de renegociar

 Cláusula rebus sic stantibus

 A revisão judicial dos contratos e a Lei nº. 13.874/2019

 Processo coletivo e questões contratuais

 Adjudicação compulsória

 Substancial performance

 Cláusulas abusivas e seu controle no Direito brasileiro

 Honorários advocatícios

 A preclusão no processo de arbitragem

 O arbitramento judicial em dano moral

 Liquidação de sentença

 O papel do juiz na responsabilidade civil

 A ação de responsabilidade civil e a proteção dos direitos

 Tutela indenizatória

 Tutela cessatória e inibitória

 Tutela reintegratória ou restauratória

 Culpa e sua prova

 Responsabilidade civil processual

 Teoria do valor do desestímulo

 Punitive damages

 Responsabilidade civil do médico

 Tutela dos direitos reais e ações reipersecutórias

 Propriedade privada e sua defesa processual

 Usucapião e ação de usucapião

 Ação de dano infecto

 Ações reipersecutórias e petitórias

 Ação publiciana

 Conflitos coletivos em matéria possessória

 Imissão na posse

 Teoria da actio nata em matéria possessória

 Teorias da posse e suas consequências processuais

 A estrutura básica e a concepção de posse e propriedade

 Vícios da posse

 Interversio possessionis

 Transmissão da posse

 Accessio possessionis

 Successio possessionis

 Autotutela e heterotutela possessória

 Liminar possessória

 Exceptio proprietatis

 Juízo possessório e juízo petitório

 Interpretação jurisdicional da cláusula geral de função social da posse e da propriedade

 Proteção indireta da posse

 A nova realidade dos meios e instrumentos processuais de garantia da função social da posse da propriedade

 Tutela antecipada em matéria possessória

 Tutela processual da multipropriedade

 Direito das Sucessões

 Planejamento Sucessório e Patrimonial

 Planejamento societário e suas repercussões processuais

 Despacho Saneador

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DOS PROJETOS DE PESQUISA DOS CANDIDATOS A MESTRADO:

Na mesma linha proposta pelo Professor Francisco Vieira Lima Neto, entendemos que o projeto de pesquisa deve se pautar por uma estrutura técnico-dogmática, sempre buscando a solução de uma questão jurídica concreta que permeia as relações sociais.

Este Orientador entende que o mestrado em direito processual, por ser ramo das ciências sociais aplicadas, deve visar resolver problemas concretos identificados nas relações jurídicas existentes em nosso meio social.

A questão, além disso, deve representar aspecto relevante – identificado pela comunidade jurídica como algo que mereça uma reflexão mais profunda. Este Orientador defende que os recursos públicos não podem ser gastos para financiar estudos/investigações sobre assuntos desconectados da atuação profissional.

O mestrado é em Direito Processual e o Orientador possui formação jurídica, por isso, não orientará pesquisas no campo da Filosofia ou da Sociologia.

PERFIL ESPERADO DO ORIENTANDO:

O orientando deve ter disponibilidade de tempo e estar preparado mentalmente para se aprofundar nos estudos exigidos em uma pós graduação *strictu sensu* na área do direito processual, ministrada por uma universidade federal de ensino reconhecida por produzir trabalhos de excelência.

O orientando deve estar apto para preparar um artigo científico por semestre letivo.

O orientando deve exercer estágio docente nas disciplinas ministradas na graduação, Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil.

O orientando deverá qualificar a dissertação do mestrado com pelo menos 70% da pesquisa concluída.

Eventual descumprimento de tais requisições e determinações implicará na renúncia à orientação e entrega do mestrando à Coordenação do PPGDIR para designação de outro orientador